

Informe

informe@ofluminense.com.br

Brasil cai em ranking ligado à corrupção

O Brasil ocupa a 106ª posição no ranking de percepção da corrupção elaborado pela organização não governamental Transparência Internacional, em uma lista de 180 países avaliados. Em 2018, o Brasil estava em 105º lugar, após cair nove posições naquele ano. A pontuação manteve-se, no entanto, em 35 pontos de um ano para o outro, em uma escala de 0 a 100. Quanto mais perto de 100, menos o país é considerado corrupto. O índice é feito a partir de levantamentos e pesquisas de 12 instituições de credibilidade internacional, como o Banco Mundial, o Banco Africano de Desenvolvimento e a fundação alemã Bertelsmann Stiftung.

Arrecadação de impostos em alta

A arrecadação de impostos federais em 2019 totalizou R\$ 1,537 trilhão, um crescimento real de 1,69% em comparação ao ano anterior. Corrigido pela inflação, o valor chegou a R\$ 1,568 trilhão, o maior volume desde 2014, de R\$ 1,598 trilhão. A análise das receitas do último ano foi divulgada hoje (23) pela Receita Federal. Segundo o órgão, o resultado de 2019 pode ser explicado pelo desempenho da atividade econômica e “por fatores não recorrentes”, ou seja, que não se repetem. Os setores econômicos que mais contribuíram para o resultado foram as entidades financeiras, a extração de minerais metálicos, a eletricidade, o comércio atacadista e as atividades auxiliares do setor financeiro.

Patinetes fora das grandes cidades

A Grow, empresa de mobilidade que reúne patinetes e bicicletas da Grin e Yellow, anunciou o encerramento das atividades em 14 cidades. A companhia permanecerá atuando apenas em São Paulo, no Rio de Janeiro e em Curitiba. Nessas três cidades, o será permitido apenas o uso de patinetes, enquanto as bicicletas estão suspensas sem prazo de retomada. A companhia deixará de atuar em Belo Horizonte (MG), Brasília (DF), Florianópolis (SC), Goiânia (GO), Guarapari (ES), Porto Alegre (RS), Campinas (SP), Santos (SP), São Vicente (SP), São José dos Campos (SP), São José (SC), Torres (RS), Vitória (ES) e Vila Velha (ES). Em nota, a firma justificou a decisão como parte de um processo de reestruturação.

Exportação de motocicletas

A Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas, Ciclomotores, Motonetas, Bicicletas e Similares (Abraciclo) prevê a produção de 1.175.000 motocicletas neste ano, o que representa aumento de 6,1% ante 2019, quando foram licenciadas 1.107.758 unidades. A Abraciclo, que representa 98% das fabricantes desse tipo de veículo, estima queda de 27,5% nas exportações, com as vendas passando de 38.614 para 28 mil unidades.

Empresário está mais confiante Desemprego e a desigualdade

O Índice de Confiança do Empresário Industrial (Icei) subiu para 65,3 pontos em janeiro. Com a alta de 1 ponto em relação a dezembro de 2019, o indicador está 10,5 pontos acima da média histórica e é o maior desde junho de 2010. Os dados são da pesquisa divulgada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI)

O desemprego atinge de forma desigual a população da cidade de São Paulo. Pesquisa da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados mostra que a zona sul do município tem um índice de 15,5% de pessoas sem emprego. No centro ampliado, o percentual de desempregados é de 10,1% e em toda cidade de 12,8%.

Pacote anticrime em vigor

Começou a vigorar ontem a Lei 13.964/2019, conhecida como pacote anticrime, aprovada pelo Congresso e sancionada pelo presidente Jair Bolsonaro no dia 24 de dezembro do ano passado. Houve 25 vetos à matéria aprovada pelo Congresso. O pacote reúne parte da proposta apresentada no início deste ano pelo ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, e trechos do texto elaborado pela comissão de juristas coordenada pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes.

CURTAS

O Brasil ocupa o segundo lugar mundial em número de casos de hanseníase, perdendo apenas para a Índia. Pesquisa feita pela Organização Mundial da Saúde (OMS) revelou que em 2017, enquanto o Brasil teve 26.875 casos, a Índia teve 126.164. Na última década, foram registrados cerca de 30 mil casos novos por ano no Brasil.

Um estudo inédito revelou que os banhistas que frequentam as praias no país dividem espaço, a cada trecho

de 8 quilômetros (km), com mais de 200 mil bitucas de cigarro, 15 mil lacres, tampas e anéis de lata, 150 mil fragmentos de plásticos diversos, 7 mil palitos de sorvete e churrasco e 19 mil hastes plásticas de pirulitos e cotonetes. Os dados são resultado da segunda fase do projeto Lixo Fora D'Água, que visa combater as fontes de poluição marinha por resíduos sólidos, coordenado pela Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais.

Ministério afasta suspeita de casos de coronavírus

Notificações não se enquadram em critérios para diagnosticar a doença

O Ministério da Saúde disse nesta quinta-feira (23) que já descartou a suspeita de casos de coronavírus em cinco unidades da federação. Segundo a pasta, as notificações à rede Centro de Informações Estratégicas em Vigilância em Saúde (Cievs) feitas pelas secretarias de Saúde do Distrito Federal, Minas Gerais, Santa Catarina, São Paulo e Rio Grande do Sul não se enquadram nos critérios estabelecidos pela Organização Mundial de Saúde (OMS) para diagnosticar a doença.

“Até o momento, não existe nenhum caso suspeito de coronavírus no Brasil”, afirmou o secretário substituto de Vigilância em Saúde, Júlio Croda, ao explicar a jornalistas que o ministério vem acompanhando a situação mundial desde 31 de dezembro, quando o primeiro caso de infecção pelo novo coronavírus (219-nCoV) foi oficialmente registrado na China. Segundo o secretário, o Brasil está preparado para lidar com uma eventual epidemia da doença.

Evitando comentar o resultado dos exames laboratoriais a que as pessoas foram submetidos nos cinco casos reportados como suspeitos, o secretário foi taxativo. “A Organização Mundial da Saúde estabeleceu dois critérios [para atestar a presença do coronavírus no organismo]. Um clínico: a pessoa precisa ter febre e mais algum sintoma respiratório. E temos os critérios epidemiológicos, que são três: ter viajado para Wuhan, na China; ter tido contato com algum paciente



O secretário substituto de Vigilância em Saúde, Júlio Croda, durante entrevista

suspeito de coronavírus ou com algum paciente com [a doença] já confirmada. São estas as situações em que uma pessoa pode ser enquadrada em um caso suspeito.”

Para Croda, há um justificado “medo generalizado” diante da nova doença que, além da China, já se espalhou por oito países (Arábia Saudita, Cingapura, Coreia do Sul, Estados Unidos, Japão, Tailândia, Taiwan e Vietnã). Por isso, disse o secretário, para evitar alarmismo e gastos desnecessários, é importante que os gestores de saúde estaduais se informem sobre as características do coronavírus e a respeito dos critérios estabelecidos pela OMS.

“A recomendação para os gestores é: leiam o boletim epi-

demiológico [divulgado pelo Ministério da Saúde]. Serviços de vigilância epidemiológica, leiam o boletim! Enquadrem suas suspeitas na definição de caso aqui colocado, que é a mesma da OMS. No momento, esta é a principal recomendação para os gestores. Que sigam as recomendações do ministério”, declarou o secretário substituto, reconhecendo que a definição de casos de doenças é dinâmica e precisa ser revista a todo instante.

“Em muitos momentos, a vigilância epidemiológica estadual se antecipa e toma medidas preventivas necessárias e solicita os exames necessários. Não há nenhum problema em relação às [secretarias estaduais] reportarem um possível

caso ao Ministério. Trabalharemos juntos para esclarecer a situação”, comentou o secretário substituto, garantindo que, ontem mesmo, entrou em contato com a secretaria de Saúde de Minas Gerais para tratar do caso reportado como suspeito pela secretaria estadual. “É um caso que não se enquadra na atual definição da OMS.”

Croda ressaltou que as secretarias estaduais têm autonomia para submeter a exames os casos que julgarem suspeitos, mas o Ministério da Saúde, com base na atual orientação da OMS, não recomenda que isto seja feito por julgar uma ação pouco efetiva e dispendiosa. “Não vamos fazer exames para todas as síndromes gripais, que são avaliadas de acordo com o protocolo de influenza, que é o vírus mais comum. Nestes casos, não há por que submeter [o paciente] ao protocolo de coronavírus”, acrescentou Croda.

O secretário garantiu que o Brasil está preparado para lidar com uma eventual epidemia da doença. “Por enquanto, segundo a OMS, a transmissão do vírus está restrita entre familiares e profissionais de saúde. E o Brasil está preparado. Já ativamos nosso Centro de Operações em Emergência para organizar a rede com os estados e estabelecer critérios de definição de casos. E, principalmente, atualizar diariamente as informações que forem surgindo, como eventuais mudanças na definição de casos”, acrescentou Croda. ■

Governo estuda nova forma de correção para o salário mínimo

Projeto de lei altera período atualmente utilizado para definir reajustes

O projeto de lei com a nova política de correção do salário mínimo incluirá uma mudança no período usado para definir os reajustes. Em vez do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do ano anterior fechado, de janeiro a dezembro, o governo pretende usar o índice entre dezembro do ano anterior e novembro do exercício atual para calcular o valor do mínimo para 2021.

A informação foi passada pelo secretário especial de Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues. Em reunião com jornalistas, ele explicou que a medida tem como objetivo prevenir situa-

ções como a deste ano, em que o salário mínimo primeiramente foi reajustado para R\$ 1.039 e depois aumentou para R\$ 1.045, porque a alta dos preços da carne fez o INPC fechar o ano além do previsto.

O sistema é semelhante ao do teto de gastos, em que o governo usa o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de julho do ano anterior a junho do exercício atual para corrigir o limite das despesas federais para o ano seguinte. Segundo Rodrigues, a mudança terá pouco impacto prático no valor final para o salário mínimo, mas dará mais transparência aos reajustes e dará mais previsi-

bilidade para o governo e os trabalhadores.

O secretário assegurou que o governo preservará a reposição do salário mínimo pela inflação, como está determinado pela Constituição. “Vamos alterar a sistemática de correção do salário mínimo. O INPC só é divulgado dias após o fim do ano. Vamos mudar sem que haja perda”, declarou.

O governo tem até agosto deste ano, antes do envio do projeto de lei do Orçamento de 2021, para enviar o projeto de lei ao Congresso com a política para o salário mínimo. Rodrigues não especificou se o governo pretende definir o valor do mínimo ano a ano

ou se o projeto terá uma política definitiva até o fim do atual governo.

Ao todo, o reajuste do salário mínimo de R\$ 1.039 para R\$ 1.045 terá impacto de R\$ 2,13 bilhões para o governo neste ano. Isso porque o mínimo está atrelado a 80% dos benefícios da Previdência Social, além de corrigir o Benefício de Prestação Continuada (BPC), o abono salarial e o seguro desemprego, entre outros. Além disso, há um impacto de R\$ 1,5 bilhão decorrente da elevação do valor do salário mínimo em relação ao valor original enviado no Orçamento de 2020, de R\$ 1.031. ■

Mourão diz que pode convocar militares e cedê-los ao INSS

Alternativa está sendo estudada para melhorar atendimento na Previdência

O presidente em exercício, Hamilton Mourão, disse ontem que o Ministério da Defesa pode convocar os militares da reserva e cedê-los para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para reforçar o atendimento nas agências e reduzir o estoque de pedidos de benefícios em atraso. Essa seria uma alternativa à contratação direta desse pessoal pelo INSS.

Na semana passada, o governo anunciou que pretende contratar temporariamente cerca de 7 mil militares da reserva para atuar nos postos da previdência, pagando adicional de 30% na reserva re-

munerada. Entretanto, para o Tribunal de Contas da União (TCU), com a contratação direta pelo INSS, o governo está rompendo o princípio da impessoalidade, ao direcioná-la exclusivamente para o grupo militar. Em caso de convocação, entretanto, não haveria o pagamento do adicional.

“Direciona porque é mais barato”, argumentou Mourão. “Agora, existe forma de fazer sem colocar isso como rompimento da impessoalidade. O Ministério da Defesa convoca e cede, e não coloca diretamente sobre as mãos do INSS. Isso está sendo

estudado pelo pessoal da área jurídica. Se for contratar civil, é contrato temporário, é mais caro. Tem que olhar a questão orçamentária”, explicou ao chegar ao gabinete da vice-presidência, no Palácio do Planalto, na tarde desta quinta-feira (23).

De acordo com o vice-presidente, o secretário especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, Rogério Marinho, está dialogando com o TCU e com a Subchefia de Assuntos Jurídicos (SAJ) da Presidência para ajustar o decreto que deverá trazer as regras de contratação. ■

Chuvvas no Espírito Santo

Aumentou para 2.943 o número de desalojados pela chuva que atinge o Espírito Santo desde a última sexta-feira. Segundo a Secretaria estadual da Segurança Pública e Defesa Social, mais 588 pessoas tiveram que deixar suas casas e procurar abrigos públicos ou casa de parentes e amigos. Nem todos os novos casos contabilizados representam pessoas desalojadas nas últimas horas. Como as prefeituras demoram algum tempo para comunicar as ocorrências, algumas dessas pessoas podem ter sido obrigadas a deixar suas casas logo nos primeiros dias de chuva. ■